Editora Solução
a solução para o seu concurso!

VALENÇA-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR IV – GEOGRAFIA

- Língua Portuguesa
- Legislação
- Educação Inclusiva
- Temas Educacionais e Pedagógicos
- Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 001, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português**: Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
https://www.editorasolucao.com.br/

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

VALENÇA - RJ

Professor IV – Geografia

SL-012ST-26
7901183007899

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 10
3. Domínio da ortografia oficial 16
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. 20
5. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 23
6. Emprego de tempos e modos verbais 23
7. Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 25
8. Emprego das classes de palavras 28
9. Emprego dos sinais de pontuação 37
10. Concordância verbal e nominal 39
11. Regência verbal e nominal 43
12. Emprego do sinal indicativo de crase 47
13. Colocação dos pronomes átonos 49
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 51
15. Significação das palavras 52
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto 55
17. Figuras de linguagem 55

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o Capítulo da Educação 65
2. Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 68
3. Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nos dispositivos pertinentes à educação 88
4. Lei Orgânica do Município de Valença, nos dispositivos pertinentes à Administração Pública e à Educação 89
5. Lei Municipal nº 3.887/2026. 95
6. Lei Delegada nº 39/2025 96
7. Lei Municipal nº 3.803/2025 97
8. Lei Municipal nº 2.932/2016 97
9. Lei Municipal nº 2.869/2015 97
10. Lei Complementar Municipal nº 28/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e alterações vigentes 98
11. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 117
12. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 164

Educação Inclusiva

1. Legislação e normas nacionais aplicáveis à educação especial e inclusiva. Declaração de Salamanca (1994) 177
2. Fundamentos, princípios e políticas da educação especial na perspectiva da educação inclusivA. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) 186

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

3. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 192
4. Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) 193
5. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência): direito à educação 195
6. Atendimento Educacional Especializado (AEE): princípios, objetivos, organização e práticas pedagógicas 196
7. Planejamento, adequações curriculares, acessibilidade e estratégias pedagógicas inclusivas 200
8. Tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade aplicados à educação 203
9. Papel do professor na educação especial e inclusiva e na promoção da participação e da aprendizagem 207
10. Práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação 211
11. Diversidade, equidade, direitos humanos e enfrentamento ao capacitismo no ambiente escolar 214
12. Educação de Jovens e Adultos na perspectiva inclusiva 218
13. Educação para as relações étnico-raciais e educação em direitos humanos: Resolução CNE/CP nº 1/2012 222
14. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) 223
15. Legislação municipal de Valença pertinente à inclusão, ao serviço público e à educação, especialmente a Lei Municipal nº 3.803/2025, a Lei Municipal nº 3.887/2026, a Lei Delegada nº 39/2025 e a Lei Complementar Municipal nº 28/1999. ... 227

Temas Educacionais e Pedagógicos

1. Planejamento e organização do trabalho pedagógico 231
2. Currículo e práticas pedagógicas 236
3. Didática e processos de ensino e de aprendizagem 238
4. Tendências pedagógicas e suas implicações na prática escolar 244
5. Relação professor-aluno e compromisso ético e social do professor 246
6. Objetivos, conteúdos, metodologias, estratégias e recursos de ensino. 254
7. Interdisciplinaridade e práticas integradoras 257
8. Avaliação da aprendizagem 260
9. Projeto político-pedagógico 261
10. Gestão democrática e participação da comunidade escolar 266
11. Educação integral e diversidade no contexto escolar 270
12. Educação de Jovens e Adultos 273
13. Educação ambiental 275
14. Tecnologias digitais da informação e comunicação aplicadas à educação 276
15. Políticas públicas e organização da Educação Básica 278

Conhecimentos Específicos
Professor IV – Geografia

1. Espaço Geográfico e Categorias Teóricas: conceito de espaço geográfico como resultado das relações entre sociedade e natureza; categorias geográficas de território, região, lugar e paisagem; aplicação dos conceitos nas escalas local, regional, nacional e global 285
2. Cartografia e Tecnologias: leitura e interpretação de mapas, gráficos, tabelas e infográficos; escalas gráfica e numérica; coordenadas geográficas; fusos horários; projeções cartográficas; uso de imagens de satélite, GPS e Sistemas de Informação Geográfica – SIG 289

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

3. Sociedade e Natureza: dinâmica das placas tectônicas; agentes internos e externos do relevo; erosão e intemperismo; tempo e clima; massas de ar; bacias hidrográficas; biomas brasileiros e mundiais 301
4. População e Urbanização: crescimento populacional; transição demográfica; indicadores demográficos; migrações contemporâneas; urbanização; redes urbanas; metropolização; favelização; segregação socioespacial e desigualdades urbanas 305
5. Economia, Globalização e Meio Ambiente: modelos de industrialização, incluindo Fordismo e Toyotismo; Divisão Internacional do Trabalho – DIT; modernização do campo e agronegócio; blocos econômicos; redes de transportes e comunicação; mudanças climáticas; efeito estufa; matrizes energéticas; sustentabilidade e metas globais de desenvolvimento sustentável 309
6. Geografia do Brasil: organização territorial; relevo; clima; domínios morfoclimáticos; distribuição da população; desigualdades socioeconômicas regionais; regionalizações do Brasil, incluindo regiões do IBGE e complexos geoeconômicos 314
7. Geopolítica: ordem mundial contemporânea; atuação das grandes potências, com destaque para Estados Unidos e China; BRICS; principais conflitos territoriais contemporâneos 318
8. Currículo e avaliação 322
9. BNCC 325
10. Educação inclusiva e práticas pedagógicas 325

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

- **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

- **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

- **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

- **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias , que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados , as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, ESPECIALMENTE O CAPÍTULO DA EDUCAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156-A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156-A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156-A, § 2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LEGISLAÇÃO E NORMAS NACIONAIS APLICÁVEIS À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994)

Declaração De Salamanca

Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

4. Nós também congregamos a comunidade internacional; em particular, nós congregamos: - governos com programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial:

- a endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais;

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

As Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular a ILO, WHO, UNESCO e UNICEF:

▪ a reforçar seus estímulos de cooperação técnica, bem como reforçar suas cooperações e redes de trabalho para um apoio mais eficaz à já expandida e integrada provisão em educação especial;

▪ organizações não-governamentais envolvidas na programação e entrega de serviço nos países;

▪ a reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva;

▪ UNESCO, enquanto a agência educacional das Nações Unidas;

▪ a assegurar que educação especial faça parte de toda discussão que lide com educação para todos em vários foros;

▪ a mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidade educacionais especiais.

▪ a estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração.

▪ a mobilizar FUNDOS através da criação (dentro de seu próximo Planejamento a Médio Prazo. 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial.

5. Por último, expressamos nosso caloroso reconhecimento ao governo da Espanha e à UNESCO pela organização da Conferência e demandamo-lhes realizarem todos os esforços no sentido de trazer esta Declaração e sua relativa Estrutura de Ação da comunidade mundial, especialmente em eventos importantes tais como o Tratado Mundial de Desenvolvimento Social (em Kopenhagen, em 1995) e a Conferência Mundial sobre a Mulher (em Beijing, e, 1995). Adotada por aclamação na cidade de Salamanca, Espanha, neste décimo dia de junho de 1994.

Estrutura de ação em educação especial

Introdução

▪ **1.** Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela conferencia Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não- governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação

▪ Especial. A Estrutura de Ação baseia-se fortemente na experiência dos países participantes e também nas resoluções, recomendações e publicações do sistema das Nações Unidas e outras organizações inter-governamentais, especialmente o documento "Procedimentos-Padrões na Equalização de Oportunidades para pessoas Portadoras de Deficiência . Tal Estrutura de Ação também leva em consideração as propostas, direções e recomendações originadas dos cinco seminários regionais preparatórios da Conferência Mundial.

▪ **2.**O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

▪ 3.O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desavantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem- sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

▪ **4.** Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é beneficial a todos os estudantes e, consequentemente, à sociedade como um

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico na escola é um elemento central para a garantia de um ambiente educacional que favoreça o aprendizado, a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse cenário, o pedagogo emerge como uma figura de liderança estratégica, atuando tanto como educador quanto mediador, desempenhando funções que envolvem desde o planejamento pedagógico até a resolução de conflitos e a promoção de um clima escolar harmonioso e democrático.

O pedagogo não se limita a realizar tarefas administrativas ou de suporte técnico; sua atuação envolve uma mediação ativa entre os diversos atores do ambiente escolar – alunos, professores, gestores e a comunidade. Através de seu papel mediador, o pedagogo auxilia na resolução de conflitos e na construção de um ambiente de diálogo e cooperação, fundamentais para o bom funcionamento da escola.

A importância da mediação pedagógica vai além da simples solução de problemas. Ela promove uma articulação mais profunda entre as práticas educacionais e as necessidades reais dos alunos e do corpo docente, contribuindo para uma educação que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e de qualidade.

Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

A organização do trabalho pedagógico na escola refere-se ao conjunto de práticas, decisões e ações que garantem a estruturação do processo educativo de forma eficiente e eficaz. Esse trabalho é responsável por alinhar as atividades escolares às diretrizes curriculares, aos objetivos institucionais e às necessidades da comunidade escolar.

O pedagogo desempenha um papel central nesse processo, articulando os diferentes componentes pedagógicos e assegurando a coesão entre as práticas educativas e os resultados esperados.

Elementos que Compõem a Organização do Trabalho Pedagógico

O trabalho pedagógico na escola é sustentado por diversos elementos interconectados que garantem a qualidade da educação. Entre os principais, destacam-se:

- **Currículo:** O currículo é o eixo estruturante do trabalho pedagógico, que define o conteúdo a ser ensinado, as habilidades a serem desenvolvidas e os valores a serem promovidos. Ele orienta o planejamento das atividades e o acompanhamento dos resultados.
- da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), além de coordenar o plano de ensino dos professores, garantindo a integração das diversas áreas do conhecimento.
- **Avaliação:** O processo avaliativo é um instrumento central para a tomada de decisões no contexto escolar. Ele permite a reflexão sobre a prática pedagógica e os resultados alcançados, oferecendo subsídios para que o pedagogo e os professores ajustem suas estratégias de ensino, de acordo com o desenvolvimento dos alunos.
- **Formação Continuada:** O trabalho pedagógico não se esgota na execução de tarefas cotidianas. O pedagogo deve promover a formação continuada dos professores, facilitando momentos de estudo e reflexão sobre as práticas pedagógicas, integrando inovações educacionais e aprimorando as metodologias de ensino.

Articulação entre Teoria e Prática

Um dos desafios mais significativos na organização do trabalho pedagógico é a articulação entre teoria e prática. O pedagogo deve garantir que as práticas educacionais implementadas na escola estejam alinhadas com as teorias pedagógicas contemporâneas e as políticas públicas educacionais. Isso implica na constante atualização das práticas docentes, de modo a responder às mudanças sociais e tecnológicas que impactam o processo de ensino-aprendizagem.

O pedagogo, nesse sentido, funciona como um elo entre a gestão escolar, os professores e os alunos, promovendo um ambiente em que a teoria pedagógica se concretize em práticas inovadoras e eficazes. Isso exige uma visão crítica e reflexiva do pedagogo, que deve ser capaz de adaptar teorias a realidades específicas e, ao mesmo tempo, incentivar os docentes a fazerem o mesmo.

Colaboração entre a Equipe Pedagógica e Docente

A colaboração entre a equipe pedagógica e os professores é fundamental para a organização do trabalho pedagógico. O pedagogo, nesse contexto, atua como um coordenador e facilitador, promovendo o trabalho em equipe e incentivando a construção coletiva de projetos pedagógicos. A relação entre pedagogo e professores deve ser pautada pelo diálogo, pelo respeito às diferenças de abordagem e pela construção conjunta de soluções para os desafios educacionais.

Reuniões pedagógicas, formações internas e grupos de estudo são algumas das estratégias utilizadas para promover essa colaboração. O pedagogo facilita esses momentos, mediando discussões e garantindo que as decisões sejam tomadas de forma democrática e inclusiva.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A Integração das Ações Pedagógicas

Para que a organização do trabalho pedagógico seja eficaz, é fundamental que haja uma integração entre as diversas ações desenvolvidas na escola. O pedagogo tem a responsabilidade de articular projetos interdisciplinares, integrando as diferentes áreas do conhecimento e promovendo uma visão holística do aprendizado.

Além disso, a articulação entre as atividades curriculares e extracurriculares é essencial para que os alunos desenvolvam competências diversas, que vão além do conteúdo formal das disciplinas.

Essa integração também se estende ao relacionamento entre a escola e a comunidade. Projetos que envolvem os familiares e as instituições locais, como campanhas, eventos ou atividades culturais, são fundamentais para que o trabalho pedagógico tenha um impacto mais amplo e significativo.

Ação Coesa e Integrada para o Sucesso Escolar

O sucesso escolar não é resultado de ações isoladas, mas de um trabalho contínuo e articulado entre todos os envolvidos no processo educativo. O pedagogo, ao organizar o trabalho pedagógico, deve garantir que as ações desenvolvidas pelos professores estejam alinhadas com os objetivos do Projeto Político-Pedagógico e que os alunos recebam uma educação coerente e significativa.

A criação de uma cultura de cooperação entre os profissionais da escola, a promoção do envolvimento da comunidade e o foco constante na melhoria das práticas pedagógicas são aspectos essenciais para a organização de um trabalho pedagógico de qualidade. A atuação do pedagogo, nesse contexto, é decisiva para a construção de uma escola onde todos os atores trabalham de forma integrada em prol do sucesso dos alunos.

A organização do trabalho pedagógico é, portanto, um processo dinâmico e complexo, que exige do pedagogo habilidades de liderança, planejamento, avaliação e mediação. Com uma atuação eficaz, o pedagogo pode transformar o ambiente escolar em um espaço de aprendizado contínuo, de diálogo e de crescimento tanto para alunos quanto para professores.

O Pedagogo como Educador no Ambiente de Trabalho

O pedagogo desempenha um papel multifacetado no ambiente escolar, atuando não apenas como um gestor das atividades pedagógicas, mas também como um educador, responsável por orientar, acompanhar e colaborar com professores e outros profissionais da educação.

Sua função como educador se estende além das salas de aula, envolvendo a coordenação de ações que visam a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a promoção de um ambiente educacional inclusivo e o desenvolvimento das práticas pedagógicas. A seguir, serão exploradas as principais funções do pedagogo como educador no contexto escolar.

Elaboração e Coordenação de Projetos Pedagógicos

Uma das funções primordiais do pedagogo como educador é a elaboração e coordenação de projetos pedagógicos que visem à melhoria da qualidade do ensino e do aprendizado. Ele participa ativamente da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, documento que orienta todas as ações educativas e define os objetivos, metas e metodologias que serão adotados pela instituição.

Além do PPP, o pedagogo coordena outros projetos que buscam inovar e complementar o currículo escolar, como projetos interdisciplinares, de reforço escolar, de leitura ou de educação socioemocional. Sua atuação nesse campo é fundamental para garantir que as iniciativas pedagógicas estejam alinhadas com as necessidades dos alunos e da comunidade, promovendo uma educação integral.

Orientação e Acompanhamento de Professores

Como educador, o pedagogo também é responsável por orientar e acompanhar os professores em suas práticas pedagógicas. Ele oferece suporte pedagógico, ajudando a refletir sobre as estratégias de ensino e propondo melhorias com base nas necessidades dos alunos e nas metas da escola. Essa orientação ocorre tanto de maneira formal, em reuniões e formações continuadas, quanto informalmente, em conversas e trocas de experiências no cotidiano escolar.

Uma das formas de atuação do pedagogo é o acompanhamento em sala de aula, onde ele pode observar as práticas docentes e propor ajustes que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. A partir dessa observação, o pedagogo pode sugerir novas metodologias, o uso de recursos didáticos diversificados e estratégias que promovam a inclusão de todos os alunos, respeitando suas singularidades.

A formação continuada dos professores é outra área em que o pedagogo atua diretamente. Ele organiza e promove momentos de estudo coletivo, oficinas, seminários e outras atividades de capacitação que visam a atualização dos docentes em relação às novas metodologias de ensino, às tecnologias educacionais e às demandas atuais da educação.

Integração de Políticas Educacionais no Contexto Escolar

O pedagogo, como educador, é também responsável por integrar e aplicar as políticas educacionais no cotidiano escolar. Isso inclui a implementação de diretrizes nacionais e estaduais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de programas e projetos governamentais voltados para áreas específicas, como alfabetização, inclusão ou tecnologia educacional.

Para isso, o pedagogo deve ter um profundo conhecimento das legislações e diretrizes que regem a educação, além de ser capaz de interpretar e adaptar essas normativas à realidade da escola. Ele atua como um elo entre as exigências institucionais e a prática cotidiana dos professores, garantindo que as políticas públicas sejam incorporadas de maneira contextualizada e significativa.

Práticas Pedagógicas e Ensino-Aprendizagem

O pedagogo também desempenha um papel essencial no desenvolvimento e aprimoramento das práticas pedagógicas na escola. Ele incentiva os professores a adotarem metodologias ativas, centradas no aluno, que promovam o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Através de reuniões pedagógicas, grupos de estudo e acompanhamento contínuo, o pedagogo auxilia os docentes na reflexão sobre suas práticas, propondo alternativas que tornem o ensino mais dinâmico, participativo e eficaz.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESPAÇO GEOGRÁFICO E CATEGORIAS TEÓRICAS: CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO RESULTADO DAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA; CATEGORIAS GEOGRÁFICAS DE TERRITÓRIO, REGIÃO, LUGAR E PAISAGEM; APLICAÇÃO DOS CONCEITOS NAS ESCALAS LOCAL, REGIONAL, NACIONAL E GLOBAL

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA

- **Espaço geográfico como combinação de materialidade e ação social**

O espaço geográfico resulta da interação contínua entre componentes naturais, formas construídas e ações humanas. Relevo, solos, rios, vegetação e condições atmosféricas oferecem possibilidades e impõem limites, mas não determinam sozinhos a organização espacial. Técnicas de cultivo, redes de transporte, sistemas de energia, edificações, normas de uso do solo e práticas econômicas modificam essas condições e criam novas relações entre lugares. Uma planície próxima a um rio pode servir à agricultura, à expansão urbana, à instalação industrial ou à conservação ambiental, conforme as escolhas coletivas, os interesses econômicos, a tecnologia disponível e as regras vigentes. Por isso, o espaço não é apenas um cenário onde a sociedade atua; ele é produzido pelas ações sociais e, ao mesmo tempo, influencia as possibilidades de novas ações.

Objetos naturais, técnicas e infraestrutura na organização espacial

A materialidade do espaço reúne elementos formados por processos naturais e objetos construídos em diferentes períodos. Uma estrada altera acessibilidade, valor da terra e direção dos fluxos; um reservatório modifica a paisagem, o uso da água e a circulação; um conjunto habitacional cria novas demandas de transporte, comércio e serviços. Esses objetos não possuem significado geográfico isoladamente. Uma ferrovia abandonada, por exemplo, mantém presença física, mas sua função pode mudar quando o antigo leito é transformado em parque linear ou corredor turístico. A análise geográfica considera, portanto, tanto a forma quanto o uso, distinguindo a existência material de sua função social. Esse princípio permite compreender por que duas áreas com características naturais semelhantes podem apresentar ocupações muito diferentes quando inseridas em redes econômicas, políticas e técnicas distintas.

A relação entre os componentes pode ser sintetizada por critérios que evidenciam sua origem e seu papel na organização espacial.

Componente	Origem predominante	Função no espaço	Ritmo de mudança	Exemplo
Elemento natural	Processos físicos e biológicos	Condiciona possibilidades e riscos	Variável, muitas vezes longo	Rio, encosta, solo
Objeto técnico	Ação planejada e trabalho humano	Viabiliza circulação, produção ou habitação	Pode mudar rapidamente	Rodovia, porto, rede elétrica
Ação social	Decisões, práticas e relações	Define usos, prioridades e conflitos	Pode ser imediata ou gradual	Zoneamento, investimento, ocupação

A comparação mostra que nenhuma dessas dimensões explica o espaço sozinha. Um porto depende de condições costeiras, de obras técnicas, de capital, de normas e de rotas comerciais. A leitura geográfica busca justamente as conexões entre essas dimensões, evitando atribuir a uma única causa a configuração de um lugar.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Tempo histórico e permanências na configuração espacial**

Camadas de diferentes períodos coexistindo no mesmo território

A produção espacial é histórica porque formas construídas em momentos distintos podem permanecer e receber novos usos. Uma antiga zona portuária pode conservar armazéns, trilhos e bairros operários ao mesmo tempo que recebe museus, escritórios, moradias valorizadas e novos eixos de mobilidade. A paisagem resultante contém marcas de fases econômicas diferentes, enquanto as relações sociais atuais redefinem o significado dessas formas. Essa coexistência impede interpretar o espaço apenas pelo que foi construído recentemente. Infraestruturas antigas podem orientar a expansão urbana por décadas; limites fundiários podem persistir mesmo quando muda a atividade econômica; áreas degradadas podem ser reintegradas por projetos de recuperação. Assim, cada configuração espacial combina heranças, transformações e projetos futuros.

Ritmos naturais e ritmos sociais

Processos naturais e sociais também operam em temporalidades distintas. A formação de um vale pode envolver períodos muito longos, enquanto uma mudança regulatória altera em poucos anos o padrão de ocupação de uma área. Uma enchente, embora ocorra em curto intervalo, pode resultar da combinação entre chuvas, características da bacia e décadas de impermeabilização do solo. A análise do espaço exige separar o evento imediato dos processos acumulados que o tornaram possível. Essa perspectiva revela que sociedade e natureza não são campos independentes: decisões sobre drenagem, vegetação, moradia e infraestrutura interferem na maneira como eventos naturais se manifestam socialmente, produzindo riscos desiguais entre grupos e áreas.

Território e região como recortes de poder e diferenciação

- **Território, controle e apropriação do espaço**

Território é uma categoria geográfica associada às relações de poder que se estabelecem sobre uma porção do espaço. O poder pode assumir forma político-institucional, econômica, comunitária ou simbólica. Estados delimitam fronteiras e aplicam normas; empresas controlam instalações e redes; grupos locais defendem áreas de uso coletivo; diferentes atores disputam recursos, circulação e permanência. O território, portanto, não se reduz a uma superfície cercada por limites fixos. Ele envolve capacidade de controlar acessos, definir regras, estabelecer prioridades e atribuir significados a um espaço. Um mesmo local pode integrar simultaneamente territórios de diferentes naturezas, como a área administrativa de um município, a zona operacional de uma concessionária e um espaço culturalmente apropriado por uma comunidade.

Fronteiras, redes e territorialidades

Fronteiras tornam visível uma parte do controle territorial, mas redes também exercem papel decisivo. Uma empresa pode coordenar unidades distantes sem possuir continuidade espacial entre elas; uma rede de transporte pode conectar pontos estratégicos e reorganizar relações de dependência; plataformas digitais podem influenciar atividades econômicas em áreas muito extensas. Territorialidade designa práticas pelas quais grupos e indivíduos usam, reconhecem, protegem ou disputam espaços. Em uma feira de rua, por exemplo, horários, posições das bancas e regras de circulação estabelecem formas temporárias de apropriação. Em áreas rurais, o acesso à terra e à água pode gerar conflitos de uso. A categoria território é especialmente útil quando a pergunta envolve quem controla, quem decide, quem pode acessar e quais normas regulam determinada porção espacial.

- **Região, critérios de recorte e coerência interna**

Região é um recorte estabelecido para reunir áreas que apresentam algum tipo de característica comum ou articulação funcional. O critério pode ser natural, econômico, cultural, administrativo ou baseado em fluxos. Regiões climáticas reúnem áreas com padrões atmosféricos semelhantes; regiões industriais destacam concentração de atividades produtivas; regiões de influência urbana são definidas por deslocamentos, serviços e conexões entre cidades. Como o critério muda, os limites regionais também podem mudar. Uma mesma cidade pertence a uma região administrativa, pode participar de outra região econômica e integrar uma área funcional de saúde ou de comércio que atravessa limites oficiais.

Regionalizações e fluxos que ultrapassam limites políticos

Uma área de influência de um hospital regional ilustra a lógica funcional. Pacientes podem deslocar-se de vários municípios para um centro que oferece serviços especializados, formando uma região organizada pelos fluxos de atendimento. Esse recorte não substitui divisões político-administrativas, mas evidencia relações que os limites municipais não mostram. A regionalização é, assim, uma ferramenta de interpretação: seleciona determinados vínculos para tornar um fenômeno mais inteligível.

Território e região podem ser diferenciados por perguntas e critérios específicos.

Critério	Território	Região
Pergunta central	Quem controla, apropria ou regula o espaço?	Que áreas compartilham características ou fluxos?
Elemento definidor	Relações de poder e domínio	Critério de semelhança ou articulação
Tipo de limite	Pode ser jurídico, material, funcional ou simbólico	Depende do critério adotado
Atores relevantes	Estado, empresas, grupos sociais, comunidades	Instituições, redes, populações e atividades
Exemplo	Área submetida a uma regra específica de uso	Área atendida por um mesmo polo de serviços

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!